

Ente. 615942
t32/CEP/2030
Entrada n.º 16/10/2018



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

Visto -
Distribuir às Leitoras
e Leitores deputados
da 1ª CEP P/2030.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

18/10/2018

- Registado C/A.R.
 Por Protocolo
 Por Correio Azul

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo
de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

Palácio de S. Bento | 1249-068 Lisboa, Portugal

Sua Referência

DATA

Nossa referência

DATA

Exmos. Srs. Deputados,

Of. N.º

12/10/2018

Proc.

02600

Assunto: Construção de barragem – Ribeira de Oeiras

A água nunca é demais.

Na década de 90 foi desencadeado um processo de Avaliação de Impacto Ambiental para aproveitamento hidroagrícola da barragem de Oeiras, a Sudeste de Almodôvar (próximo da Ponte da Camacha, EN 267) com os objetivos, à época, de abastecimento de água a algumas localidades dos Concelhos de Almodôvar, de Castro Verde e de Mértola, assim como do couto Mineiro de Neves-Corvo, para irrigação de cerca de 150 hectares de terras agrícolas e ainda para abastecimento total a dois empreendimentos turísticos que supostamente se localizariam nas proximidades (Empreendimento Turístico do Monte Nabo e Golf da Camacha).

Esse estudo de Impacto Ambiental que teve lugar, à época, não teve análise positiva pois não existiam tantas necessidades de consumo de água doméstica e consequentemente existiria menos necessidade de abastecimento de água, havia ainda a esperança da Barragem do Alqueva vir a servir mais para Norte em termos agrícolas, e, foi considerado que não havia necessidade de "prejudicar" o ambiente com um projeto de pouca relevância em termos de abastecimento humano.

Passados quase 30 anos, a Barragem do Alqueva foi construída e os seus canais de abastecimento agrícola e humano chegaram ao Roxo (a mais de 50 quilómetros de Almodôvar) tendo já atingido a sua capacidade máxima de utilização não sendo portanto expectável que a água do Alqueva venha a servir todas as necessidades dos concelhos a Sul, os empreendimentos que supostamente teriam sido construídos acabaram por não ser implementados, e, em termos de abastecimento humano, Almodôvar é servida pela Barragem da Rocha, que ano após ano vem diminuindo as suas capacidades com registo de 7% neste mês mas em 2017, e ao dia de hoje, cerca de 11% de capacidade após uma primavera com pluviosidade muito acima do normal, não sendo, por este motivo óbvio, uma fonte de água de confiança a curto ou a médio prazo.

Nestes 30 anos, é evidente que o paradigma das alterações climáticas se alterou significativamente e com os dados que temos hoje, urge analisar e considerar novamente a possibilidade de aproveitamento



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

hidroagrícola da Ribeira de Oeiras, assente em diversos fundamentos, entre eles:

- Os cenários projetados por diversos estudos e pelo Plano de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo (PIAAC BA), ainda em elaboração, todos indicando que o Alentejo é uma das regiões mais afetadas pelas alterações climáticas na Europa devido ao efeito combinado dos aumentos de temperatura e diminuição da precipitação numa região que já se encontra numa franja climática próxima do limite da habitabilidade;
- A maioria dos estudos indicam que, num prazo de 10 a 15 anos, haverá um grave défice de abastecimento hídrico na região do Baixo Alentejo. Algumas das medidas apontadas pelo Plano Intermunicipal de Adaptações Climáticas do Baixo Alentejo incluem a construção de estruturas de retenção de água, nomeadamente barragens, com objetivos diversos, entre estes, para aumentar as reservas para apoio ao abastecimento humano, para permitir as infiltrações nas reservas subterrâneas, para criar microclimas ambientais com maior humidade e ainda com a possibilidade de ser potencializado a fixação e o aumento de diversas espécies que em cenário de seca não existiriam;
- De notar que num cenário onde se verificará um aumento da temperatura e uma diminuição substancial da precipitação, especialmente mais a Sul do Alentejo, é expectável que o padrão de precipitação venha a sofrer alterações uma vez que tudo indica que a precipitação ocorrerá de uma forma torrencial e em períodos de tempo mais curtos, reduzindo drasticamente os processos de infiltração e de recarga de aquíferos e aumentando os processos de erosão do solo;
- A qualidade da água que esta reserva viria a aproveitar é excelente pois a sua nascente inicia-se na Serra do Mú, em Almodôvar (no lado da colina oposto onde começa a nascente do Rio Mira que abastece a Barragem de Santa Clara), e o caudal da ribeira de Oeiras é limpo e significativo não sendo passível que arraste sujidade ou poluição para além das folhagens normais, e esta qualidade perde-se por completo no Mar, via Rio Guadiana, sem qualquer aproveitamento deste bem tão essencial;
- A zona de construção da Barragem é em terrenos desabitados ocupando portanto somente terrenos agrícolas, na sua maioria, e que só servem de pastoreio, e que devido à geologia do terreno, a reserva de água será mais em altura do que em extensão;
- Esta eventual construção permitiria, em termos de consumo humano, muito maior dependência da Barragem da Rocha (onde se prevê a ligação ao Alqueva pois caso contrário será sempre insuficiente para o abastecimento dos concelhos agora abrangidos, e significativamente insuficiente para abastecer os concelhos planeados para os próximos dois anos);
- A barragem do Alqueva não pode nem deve ser a única solução para o Baixo Alentejo, sendo expectável que tenhamos projetos alternativos ou complementares para colmatar necessidades e para servir de reforço ao existente;
- Não obstante a função desta barragem de Oeiras ser para abastecimento humano, a sua construção



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

permitiria fins múltiplos tais como;

- Abastecimento, por gravidade, para parte do concelho de Almodôvar, concelho de Mértola, de Castro Verde e de Alcoutim (em caso de necessidade);
- Abastecimento industrial à Indústria mineira Somincor (cerca de 2,000 funcionários);
- Aproveitamento para reforço das reservas subterrâneas numa vasta área circundante;
- Utilização Agropecuária;
- Criação natural de zonas de maior humidade e maior diversidade de fauna e flora e outras espécies;
- Capacidade de permitir um caudal ecológico, utilizando a água em reservatório, que vai potenciar a vida animal e vegetal a jusante deste reservatório combatendo a desertificação e as adversidades climáticas;
- Abastecimento de meios de combate aos incêndios rurais num raio bastante significativo;
- e, apesar de não ser significativo, para fins turísticos diversos, entre outras utilizações.

Face ao exposto, e embora possam existir alguns impactos ambientais negativos associados à construção de uma estrutura desta natureza, devemos-nos questionar se a médio prazo, nos cenários acima descritos e que todos conhecemos, qual será a opção mais correta, se a aceitação de eventuais impactos que sempre existirão em qualquer construção e que podem ser minimizados, ou se a garantia que teremos água para consumo humano em reserva suficiente para superar as adversidades de verões excessivamente longos e secos, e, de invernos de pouca pluviosidade e por vezes em modo torrencial sem o respetivo aproveitamento para os aquíferos subterrâneos que servirão furos artesianos numa extensão certamente significativa.

Assim, porque acreditamos e defendemos que a água nunca é demais, vimos solicitar que esta necessidade, nossa e de toda a região, seja incluída nos Mapeamentos da nossa CCDR para a região, que seja informada aos decisores e gestores de projetos comunitários, e possamos assim validar esta necessidade de reinício dos estudos e consequente construção da infraestrutura de retenção de água da ribeira de Oeiras, com uma área inundada de 168,5ha e com um Volume de armazenamento útil de $12400 \times 10^3 \text{ m}^3$, sendo prevista uma altura de 27 metros.

Estamos ao dispor para qualquer outro esclarecimento e somos gratos pela atenção dispensada a esta pretensão.

Com os melhores cumprimentos,

Dr. António Manuel Ascensão Mestre Bota
O Presidente da Câmara

- Dr. António Manuel Ascensão Mestre Bota -

Rc